



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extracto) n.º 3938/2008

Por meu despacho de 20 de Dezembro de 2007:

Ana Margarida Álvaro Teixeira Isidoro, nomeada, precedendo concurso e após conclusão do respectivo estágio com aprovação, técnica superior parlamentar de 2.ª classe da área de relações públicas (1.º escalão, índice 400), com efeitos a 1 de Janeiro de 2008.

3 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 3939/2008

Por despacho de 9 de Janeiro de 2008, do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular do CDS-PP:

Licenciada Patrícia Isabel Fortes Mera — exonerada, a seu pedido, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, da categoria de assessora do quadro de pessoal de apoio do Grupo Parlamentar do Partido Popular do CDS-PP, com efeitos a partir do dia 31 de Janeiro de 2008.

23 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 3940/2008

Por meu despacho de 17 de Janeiro de 2008:

Maria da Conceição Martins Inês Garvão, Ana Maria Martins Paulo Guapo e Anabela Fernandes Simão — nomeadas, precedendo concurso, Técnicas Superiores Parlamentares Principais (área de tradução) do quadro de pessoal da Assembleia da República (1.º escalão, índice 525), com efeitos a 17 de Janeiro de 2008.

24 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Despacho (extracto) n.º 3941/2008

Por despacho do Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados de 03 de Janeiro de 2008, em cumprimento do n.º 1 do artigo 19.º da lei n.º 43/2004, nomeio definitivamente, precedendo concurso interno de acesso, a Licenciada Isabel Cristina Cerqueira da Cruz, Técnica Superior Assessora Principal do quadro da Comissão Nacional de Protecção de Dados, com efeitos a 01 de Janeiro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

18 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *Luís Lingnau da Silveira*.



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 3942/2008

Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 84/2007, de 29 de Março, o conselho directivo da Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA, I.P.) é composto por um presidente e dois vogais nomeados de entre os membros do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, S. A. (CGD), caducando automaticamente o seu mandato com a cessação das funções de administrador da CGD.

Face às recentes alterações no conselho de administração da CGD, torna-se necessário proceder à nomeação dos novos membros do conselho directivo da CGA, I.P.

Assim, ao abrigo do artigo 19.º da lei 3/2004, de 15 de Janeiro, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 84/2007, de 29 de Março:

1 — São nomeados os membros do conselho directivo da Caixa Geral de Aposentações, I.P. como a seguir se indica:

Presidente: Dr. Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais: Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Dr. José Fernando Maia de Araújo e Silva

2 — As presentes nomeações são fundamentadas na reconhecida aptidão e experiência profissional dos nomeados, evidenciadas nas notas curriculares anexas ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos a 10 de Janeiro de 2008.

23 de Janeiro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Despacho n.º 3943/2008

O cargo de inspector-geral da Defesa Nacional ficou vago em finais de Dezembro de 2006, pelo que passou a ser exercido pelo subinspector-geral como substituto legal, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 72/2001, de 26 de Fevereiro.

Tendo, porém, cessado a comissão de serviço do subinspector-geral em 13 de Julho de 2007 e mantendo-se a vacatura do cargo do inspector-geral da Defesa Nacional, torna-se necessária, por forma a assegurar o exercício pleno das suas funções, a nomeação de inspector-geral em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Assim, nos termos conjugados do disposto nos artigos 16.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 72/2001, de 26 de Fevereiro, com as disposições dos artigos 2.º, n.º 3, 19.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto (Estatuto do Pessoal Dirigente), é nomeado, em regime de substituição, inspector-geral da Defesa Nacional, pelo período de 13 de Julho a 29 de Outubro 2007, o licenciado Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues que, conforme resulta da nota curricular anexa, reúne para tal os necessários requisitos de idoneidade, aptidão e experiência profissional.

Ficam ratificados todos os actos praticados pelo nomeado no período em causa.

28 de Janeiro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Nota curricular

Nome: Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues
Nascido em Paços de Brandão, Santa Maria da Feira, a 7 de Março de 1969.